



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Contrato de Prestação de Serviços nº 057/2017-SEPLAG, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo nº 0410.00015196/2017-71.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O Distrito Federal, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 973748, expedida pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **NETWORLD PROVEDOR E SERVIÇOS DE INTERNET LTDA – EPP**, doravante denominada **CONTRATADA**, CNPJ/MF nº 00.545.482/0001-65, com sede no SCS Quadra 08, Ed. Venâncio 2000, entrada B-50, salas 725-727, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.333-900, representada por **MARCOS ANDRÉ FIGUEREIDO CHAVES**, portador da cédula de identidade nº 934277, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 462.430.541-87, na qualidade de Diretor Comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 096/2017-SCG/SEPLAG (2490084), da sua Adjudicação e Homologação constante da Nota Técnica 177 (3259622), do Termo de Referência (2339383), da Proposta (3073037 - pag. 1-3), e demais elementos constantes do Processo nº 0410.00015196/2017-71 e da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de telefonia (STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado), na modalidade local para ligações fixo-fixo e fixo-móvel, aceitando-se a operação por meio de equipamentos de software das centrais virtuais ou PABX Virtual em endereços distintos, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, consoante especifica o Termo de Referência (2339383), o Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 096/2017-SCG/SEPLAG (2490084), e a Proposta (3073037 - pag. 1-3), que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1 Os serviços deverão ser executados, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (2339383).

4.2 Os serviços serão executados na modalidade local, que compreende a realização de chamadas locais para telefones fixos e móveis, bem como a realização de chamadas

diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal – DDR) ou na falta desta configuração que não se cobre tarifa alguma pelas ligações entre as linhas instaladas na mesma localidade, conforme especificado no item 4.6, independentemente do volume, conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, com a portabilidade dos números existentes na Secretaria.

LOTE ÚNICO			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Instalação de Linha analógica	Serviço	100
02	Assinatura mensal básica linha analógica com facilidade de PABX Virtual	Assinatura	100
03	Ligações de Fixo para Fixo	Minutos/mensal	46.797
04	Ligações de Fixo para Móvel - VC1	Minutos/mensal	4.148

4.3 Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), local, é o serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia dentro da região considerada pela operadora local, conforme definido pelo Plano Geral de Outorgas – PGO.

4.4 Para efeito deste item será considerado exclusivamente como serviços: a instalação dos ramais virtuais, a assinatura básica dos referidos ramais, incluindo nesta os bloqueios, além do tráfego local FIXO-FIXO e tráfego local FIXO-MÓVEL, todos fazendo parte do objeto a ser licitado.

4.5 Os ramais devem funcionar como linhas telefônicas comuns, com números únicos e diretos, administrados por uma central da prestadora (podendo ser virtual remota), possibilitando a interligação em locais diferentes.

4.6 Deve haver a portabilidade dos números atualmente utilizados por esta Secretaria e não sendo possível a portabilidade, deverá a CONTRATADA interceptar as ligações, para os atuais números, informando os números novos, por pelo menos 180 dias. A lista com os cerca de 100 (cem) números será encaminhada oportunamente à vencedora do certame para a realização da portabilidade ou para a instalação do serviço de interceptação telefônica caso a necessidade de mudança de números:

UNIDADE	QTD	ENDEREÇO	CEP
Anexo do Palácio do Buriti	11	Praça do Buriti	70.075-900
Ed. Codeplan – SUTIC	22	SAIN BL “H” S/N	70.790-060
Escola de Governo	30	SGON Qd.01 Lote 01	70.610-610

Ed. Park Corporate - Subsaúde	20	SCS Qd. 09	70.308-200
Depósito de Inservíveis	01	SIA TR 1 LT 460	71.200-010
Diretoria de Transportes	10	SGON Q 5 LT 23	70.610-650
SUPPE	06	QI 11 Conjunto 9 casa 09	71.625-290

4.7 Assinatura mensal correspondente a cada um dos os ramais instalados deverá ser cotada de forma a cobrir os custos da CONTRATANTE com todos os serviços solicitados neste termo de referência que não se refiram a custo da ligação por minuto de fixo a fixo, de fixo a móvel, solicitação de instalação de linha e mudança de endereço.

4.8 Serviço de instalação: caso seja necessária a instalação de equipamentos da CONTRATADA para a prestação do serviço, a mesma deverá ser responsável pela instalação, aterramento, sistemas de suprimento de energia em caso de interrupção temporária, ficando a cargo do SEPLAG a reserva de espaço físico e o fornecimento de energia ordinária da concessionária pública.

4.9 Os equipamentos eventualmente alocados nas edificações da SEPLAG ficarão em regime de comodato, sendo devolvidos ao fim do contrato.

4.10 O prazo para instalação eventual será de **20 (vinte) dias**, a partir da solicitação.

4.11 Serviço de mudança de endereço: será aplicado quando da mudança de endereçamento ou da mudança de DG (Distribuidor Geral) dentro do mesmo endereço e obedecerá às mesmas condições do item anterior, inclusive quanto aos prazos.

4.12 A CONTRATADA deve estar ciente que a infraestrutura presente hoje na SEPLAG é de telefonia analógica. Em vistas disso, caso pretenda a prestação do serviço por meio de uso de VoIP ou outra tecnologia que atenda o especificado, deverá fornecer a SEPLAG, em regime de comodato os telefones IP's para a prestação do serviço.

4.13 Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela contratada, devendo os mesmos serem concluídos e entregues no prazo preestabelecido no Anexo I (Termo de Referência) do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 096/2017-SCG/SEPLAG (2490084).

4.14 O SISTEMA DEVERÁ POSSIBILITAR:

CHAMADA EM ESPERA – consiste no envio de um tom audível a um assinante em conversação, informando que existe a tentativa de se estabelecer outra conexão com seu número de ramal. Através de determinados procedimentos o usuário chamado pode reter a ligação em curso e atender à segunda ligação;

NÃO PERTURBE – consiste no encaminhamento de todas as chamadas dirigidas ao ramal para o atendimento em uma máquina anunciadora que avisa da programação efetuada;

LINHA EXECUTIVA – permite a programação para a realização de chamadas para um número preestabelecido, sem a necessidade de teclá-lo, sete segundos após a retirada do monofone do gancho;

LINHA DIRETA – consiste na mesma programação da linha executiva com intervalo menor que sete segundos;

CONSULTA E TRANSFERÊNCIA – permite que a chamada destinada a um determinado ramal seja transferida para outro da seguinte forma:

MANUALMENTE – mediante um código específico, transfere a ligação a outro ramal;

AUTOMATICAMENTE – por programação pré-estabelecida, a chamada dirigida a um determinado ramal será transferida para outro, no caso do ramal estar ocupado ou não atender em até dez segundos.

RE-CHAMADA EM CASO DE OCUPADO – permite a re-chamada sem tirar o fone do gancho e sem discar qualquer dígito tão logo a linha fique livre;

DISCAGEM ABREVIADA – permite que um ramal utilize o processo de discagem abreviada a fim de estabelecer uma chamada para um ramal ou para a rede externa, discando códigos de dois algarismos;

SINAL DE CHAMADA DIFERENCIADO – permite que o usuário diferencie os sinais de chamada quando esta for interna ou externa;

CAPTURA DE CHAMADA – permite ao usuário capturar chamadas destinadas a qualquer outro ramal;

BUSCA AUTOMÁTICA – permite que diversos ramais de um grupo sejam acessados através de um único número chave;

IDENTIFICAÇÃO DO NÚMERO CHAMADOR – permite aos ramais que dispõem de aparelhos especiais identificarem, através de display, o número chamador;

SUPERPOSIÇÃO DE CATEGORIAS – permite que um ramal preferencial sobreponha em programações de outro ramal do mesmo grupo com categoria inferior;

CHEFE-SECRETÁRIA – permite que toda chamada interna e externa destinada ao ramal do chefe sejam desviadas para o da secretária;

BLOQUEIOS - Permitir bloqueios para ligações de longa distância nacionais e internacionais, telefonia celular, ligações a cobrar, além de consultas que onerem a CONTRATANTE, tais como 0900, 0300 e outros, sem cobrança de tarifas extras.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

5.1 O valor total da presente contratação é de **R\$ 159.086,26 (cento e cinquenta e nove mil e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos)** para o período de 12 (doze) meses, conforme detalhado abaixo, sendo o impacto orçamentário-financeiro para 2017 a importância de R\$ 47.370,89 (quarenta e sete mil trezentos e setenta reais e oitenta e nove centavos) a ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, em adequação ao Plano Plurianual 2016-2019, a Lei Orçamentária Anual nº 5.796, publicada em 29/12/2016 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 5.695, de 03/08/2016, enquanto os valores remanescentes serão custeados à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s), consoante Declaração de Orçamento (2088438).

LOTE ÚNICO							
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Mensal	Quantidade Anual	Valor Unitário	Valor Estimado	Valor Estimado

			Mensal	Anual	Unitário	Mensal	Anual
01	Instalação de Linha analógica (A)	Serviço	100	100	17,0147	1.701,4700	1.701,4700
02	Assinatura mensal básica linha analógica com facilidade de PABX Virtual (B)	Assinatura	100	1200	58,7518	5.875,1841	70.502,2100
03	Ligações de Fixo para Fixo (C)	Minutos	46.797	561.564	0,0918	4.295,9646	51.551,5752
04	Ligações de Fixo para Móvel - VC1 (D)	Minutos	4.148	49.776	0,7098	2.944,2504	35.331,0048
VALOR TOTAL ESTIMADO DO 1º MÊS (instalação): E = (A+B+C+D)						R\$ 14.816,8691	
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL: F = (B+C+D)						R\$ 13.115,3991	
VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL: G = (F x 11) + E						R\$ 159.086,2600	

5.2 Em atendimento ao **art. 16, §4º, I, da LRF**, apresentamos abaixo planilha com estimativa de impacto orçamentário-financeiro, veja-se:

2017	2018	2019
R\$ 47.370,89	R\$ 184.321,77	R\$ 190.957,32

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 320101

II – Programa de Trabalho: 04.122.6003.8517.7897

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 O empenho inicial é de R\$ 47.370,89 (quarenta e sete mil trezentos e setenta reais e oitenta e nove centavos), conforme Nota de Empenho nº 2017NE01335, emitida em 14/11/2017, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo (3366063).

CLÁUSULA SÉTIMA– DO PAGAMENTO

7.1 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa);

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (em www.tst.jus.br), em cumprimento à Lei n.º [12.440/2011](#), visando à comprovação a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.2 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.3 Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.4 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.5 Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e

II – se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do serviço, ou ainda, superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.6 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

7.7 As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014, de 12/12/2014.

7.8 As condições para atesto e pagamento das faturas relativas à execução do serviço estão estabelecidas no item 11. do Termo de Referência constante do Anexo I do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 096/2017-SCG/SEPLAG (2490084).

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, por meio de Termo Aditivo, para os subsequentes exercícios financeiros, observado o limite estabelecido no Inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993, após a verificação da real necessidade e com vantagens para o CONTRATANTE na continuidade deste CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da CONTRATADA a prestação de Garantia, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, perfazendo o montante de **R\$ 7.954,31 (sete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e um centavos)**, nos termos da Lei nº 8.666/1993, art. 56, § 2º, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura deste, conforme item 10.6 do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 096/2017-SCG/SEPLAG (2490084) e o item 23 do Termo de Referência constante do Anexo I do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 096/2017-SCG/SEPLAG.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário.

10.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

10.3 Informar à Contratada, e seus prepostos, tempestivamente, as providências necessárias à prestação dos serviços;

10.4 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

10.5 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços objeto do contrato, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para a Administração do CONTRATANTE.

10.6 Controlar as ligações realizadas e documentar todas as ocorrências havidas.

10.7 Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo CONTRATANTE, não deve ser interrompida.

10.8 Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente dos preços na data da emissão das contas telefônicas.

10.9 Emitir, por intermédio da Gerência de Telefonia da SEPLAG, pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços.

10.10 Tornar disponível as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso.

10.11 Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade colocados à disposição da CONTRATADA durante a execução dos serviços, com a indicação do estado de conservação, se for o caso.

10.12 Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de profissional habilitado da Gerência de Telefonia da SEPLAG.

10.13 Efetuar o pagamento no prazo e condições especificadas.

10.14 Indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Decreto n.º 32.598/2010, para fiscalizar o cumprimento dos serviços e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

10.15 Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

10.16 Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.

10.17 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

11.2 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços.

11.3 Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste Ato Convocatório.

11.4 Observar e realizar todas as responsabilidades resultantes da Lei 9.472/97, do contrato de concessão/autorização assinado com a ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados.

11.5 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo Federal e/ou Distrital.

11.6 Responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

11.7 Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto do CONTRATANTE.

11.8 Repassar à CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato que vier a ser celebrado, todos os preços e vantagens ofertadas no mercado, no mesmo perfil de utilização, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados na licitação.

11.9 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados no contrato.

11.10 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

11.11 Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter

uma operação correta e eficaz.

11.12 Atender prontamente quaisquer exigências do representante do CONTRATANTE, informações inerentes ao objeto.

11.13 Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem.

11.14 Enviar as faturas para a CONTRATANTE com no mínimo de 15 dias antes do vencimento das mesmas.

11.15 Comunicar à Gerência de Telefonia da SEPLAG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

11.16 Quando da necessidade de visita técnica ao distribuidor geral, comunicar com um mínimo de 48 horas de antecedência, salvo em situações emergenciais.

11.17 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, inexistindo qualquer possibilidade de transferência ao Distrito Federal, de responsabilidade por encargos trabalhistas fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa CONTRATADA.

11.18 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

11.19 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação.

11.20 Não contratar serviços de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a execução dos serviços mencionados.

11.21 O serviço contratado deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano. Caso haja necessidade de interrupção, a CONTRATADA deverá negociar com a SEPLAG com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis.

11.22 A CONTRATADA deverá garantir o sigilo, a segurança e a inviolabilidade das conversações realizadas através da sua rede.

11.23 A CONTRATADA deverá garantir que sua plataforma de telefonia seja devidamente programada para encaminhar chamadas de Longa Distância Nacional e Internacional pelas prestadoras CONTRATADAS pela SEPLAG para prestar o referido serviço. Não serão admitidas cobranças advindas de chamadas completadas por outras operadoras que não as definidas no presente pregão.

11.24 A CONTRATADA deverá observar, criteriosamente, os prazos para instalação das linhas e/ou entroncamentos e para alteração de configuração e ampliação da rede contantes do Item 8 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 096/2017-SECG/SEPLAG (2490084).

11.25 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Será admitido o reajuste do valor do contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA apurado durante o período, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, nos termos dos artigos 2º, 3º e 4º do Decreto nº 37.121, de 16 de fevereiro de 2016 c/c art. 3º, §1º, da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

13.2 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei nº 8.666/93, art. 65, § 5º).

13.3 A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1 O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista na legislação pertinente, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, se for o caso, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

14.2 A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 096/2017-SECG/SEPLAG (2490084) e/ou no Contrato decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no **Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

15.1 Nos termos do art. 17, da Instrução Normativa nº 02/2008 da SLT/IMPOG, e visando garantir a qualidade dos serviços prestados, será aplicada a pretensa contratação acordo de nível de serviço, de acordo com a tabela abaixo:

OCORRÊNCIAS	PONTOS
Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências.	0,3
Cobrança por serviços não prestados.	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente.	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato.	0,3

Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas, para cada 5 dias corridos de atraso.	0,3
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE.	0,3
Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa neste documento não especificada nesta tabela.	0,3
Não cumprimento dos prazos estipulados neste Termo (para cada dia ou fração).	0,3
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a CONTRATANTE.	0,3
Quebra do sigilo telefônico sem o devido processo legal.	7

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência, caso não tenha sido aplicado anteriormente durante a vigência do contrato.
2 (dois) pontos	Multa correspondente a 1% do valor mensal do contrato.
3 (três) pontos	Multa correspondente a 2% do valor mensal do contrato.
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 3% do valor mensal do contrato.
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 4% do valor mensal do contrato.
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 8% do valor mensal do contrato
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 10% do valor mensal do contrato.
A cada ponto acima de 7	Multa correspondente a 10% acrescido de 3% a cada ponto extra, do valor mensal do contrato.

15.2 Os valores apurados em decorrência de descumprimento dos itens indicados no Acordo de Nível do Serviço serão objeto de glosa na fatura da empresa.

15.3 As infrações descritas acima são meramente exemplificativas. Situações diversas serão definidas pelos respectivos ordenadores de despesas.

15.4 Havendo reincidência de qualquer das infrações o percentual da penalidade será considerado em dobro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

16.1 O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, ou seja, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93.

16.2 É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa contratada, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/93. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

17.1 O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos art. 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.2 Em caso de rescisão motivada, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93, será assegurado à Administração a possibilidade de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para continuidade dos serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO EXECUTOR

19.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ou por uma comissão formalmente designada pela Administração, o que couber, a(o) qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos arts. 67 a 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dos Decretos nos 32.598, de 15 de dezembro de 2010 e 32.753, de 04 de fevereiro de 2011.

19.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.3 O representante ou a comissão gestora do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

19.4 Constituem demais condições de fiscalização o disposto no item 13 do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 096/2017-SECG/SEPLAG (2490084).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento para todos os fins de direito.

Pelo DISTRITO FEDERAL:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela CONTRATADA:

MARCOS ANDRÉ FIGUEREIDO CHAVES

Diretor Comercial



Documento assinado eletronicamente por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Matr.0267083-6, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 07/12/2017, às 16:36, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Figueiredo Chaves, Usuário Externo**, em 12/12/2017, às 08:12, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=3777711 código CRC= **BC5EC4E0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palacio do Buriti 11º andar - Sala 1100 - Bairro Brasília - CEP 70075-900 - DF

